



A ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE DA PRÁTICA EDUCATIVA PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

RESUMO

A Educação Especial no Brasil tem evoluído por meio de políticas públicas e legislações que buscam garantir o direito à educação para todos, especialmente às pessoas com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Apesar dos avanços, a consolidação da educação inclusiva ainda encontra obstáculos significativos, principalmente no atendimento a estudantes com deficiência intelectual moderada, severa e profunda e com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos níveis 2 e 3, que necessitam de apoio substancial ou muito substancial. Diante do exposto, o presente artigo tem por objetivo compreender, descrever e analisar as práticas pedagógicas voltadas aos Anos Finais do Ensino Fundamental na escola de educação especial. Sendo assim, a etapa dos Anos Finais do Ensino Fundamental é frequentemente negligenciada nas redes de ensino, comprometendo a continuidade da escolarização desses estudantes. A escola de educação especial, quando alinhada aos princípios da inclusão e da qualidade social, pode ser um espaço legítimo para garantir aprendizagens funcionais, autonomia e participação social. Para tanto, a metodologia usada para escrita deste artigo fora uma pesquisa de campo alinhada com a pesquisa bibliográfica. Cabendo destacar-se que, com equipe multiprofissional, currículo adaptado e planejamento pedagógico individualizado, é possível oferecer um ensino significativo e não convencional, rompendo com o paradigma da terminalidade precoce. A deficiência se torna exclusão apenas quando o ambiente não provê os recursos adequados. Portanto, este texto discute os desafios e as possibilidades da oferta dos Anos Finais do Ensino Fundamental nas escolas de educação especial, considerando os aspectos legais, pedagógicos e estruturais. Ou seja, enfatizando a relevância da formação docente e da articulação intersetorial, defendendo o reconhecimento político-pedagógico dessa etapa como essencial para o desenvolvimento global de estudantes com deficiência ou TEA e para a efetivação de uma educação verdadeiramente equitativa, qualitativa e inclusiva.

Palavras-chave: Escola de Educação Especial; Deficiência Intelectual; TEA; Inclusão; Práticas Educativas.

ESCUELAS DE EDUCACIÓN ESPECIAL Y ÚLTIMOS AÑOS DE PRIMARIA: UN ANÁLISIS DE LAS PRÁCTICAS EDUCATIVAS PARA ALUMNOS CON DISCAPACIDAD INTELECTUAL Y TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA

RESUMEN

La Educación Especial en Brasil ha evolucionado a través de políticas públicas y legislación que buscan garantizar el derecho a la educación para todos, especialmente para aquellos con discapacidad, trastornos del desarrollo y altas capacidades/superdotación. A pesar de estos avances, la consolidación de la educación inclusiva aún enfrenta importantes obstáculos, en particular para la atención de estudiantes con discapacidad intelectual moderada, severa y profunda, y Trastorno del Espectro Autista (TEA) en los niveles 2 y 3, quienes requieren un apoyo sustancial o muy sustancial. Por lo tanto, este artículo busca comprender, describir y analizar las prácticas pedagógicas dirigidas a los últimos años de primaria en escuelas de educación especial. Por lo tanto, la etapa de los últimos



años de primaria a menudo se descuida en las redes educativas, comprometiendo la educación continua de estos estudiantes. Las escuelas de educación especial, al alinearse con los principios de inclusión y calidad social, pueden ser un espacio legítimo para garantizar el aprendizaje funcional, la autonomía y la participación social. Para ello, la metodología empleada para la redacción de este artículo fue una investigación de campo alineada con la investigación bibliográfica. Cabe destacar que, con un equipo multidisciplinario, un currículo adaptado y una planificación pedagógica individualizada, es posible ofrecer una educación significativa y no convencional, rompiendo con el paradigma de la terminalidad temprana. La discapacidad se convierte en exclusión solo cuando el entorno no proporciona los recursos adecuados. Por lo tanto, este texto analiza los desafíos y las posibilidades de ofrecer los últimos años de la educación primaria en escuelas de educación especial, considerando aspectos legales, pedagógicos y estructurales. En otras palabras, enfatizando la importancia de la formación docente y la coordinación intersectorial, aboga por el reconocimiento político-pedagógico de esta etapa como esencial para el desarrollo integral del alumnado con discapacidad o TEA y para la implementación de una educación verdaderamente equitativa, cualitativa e inclusiva.

Palabras-clave: Escuela de Educación Especial; Discapacidad Intelectual; TEA; Inclusión; Prácticas Educativas.

SPECIAL EDUCATION SCHOOLS AND THE FINAL YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL: AN ANALYSIS OF EDUCATIONAL PRACTICES FOR STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES AND AUTISM SPECTRUM DISORDER

ABSTRACT

Special Education in Brazil has evolved through public policies and legislation that seek to guarantee the right to education for all, especially those with disabilities, developmental disorders, and high abilities/giftedness. Despite these advances, the consolidation of inclusive education still faces significant obstacles, particularly in serving students with moderate, severe, and profound intellectual disabilities and autism spectrum disorder (ASD) at levels 2 and 3, who require substantial or very substantial support. Given the above, this article aims to understand, describe, and analyze pedagogical practices aimed at the final years of elementary school in special education schools. Therefore, the stage of the Final Years of Elementary Education is often neglected in education networks, compromising the continued education of these students. Special education schools, when aligned with the principles of inclusion and social quality, can be a legitimate space for ensuring functional learning, autonomy, and social participation. To this end, the methodology used to write this article was field research aligned with bibliographical research. It is worth noting that, with a multidisciplinary team, adapted curriculum, and individualized pedagogical planning, it is possible to offer meaningful and unconventional education, breaking with the paradigm of early terminality. Disability becomes an exclusion only when the environment does not provide adequate resources. Therefore, this text discusses the challenges and possibilities of offering the Final Years of Elementary School in special education schools, considering legal, pedagogical, and structural aspects. In other words, emphasizing the importance of teacher training and intersectoral coordination, it advocates for the political-pedagogical recognition of this stage as essential for the overall development of students with disabilities or ASD and for the implementation of a truly equitable, qualitative, inclusive education.

Keywords: Special Education School; Intellectual Disability; ASD; Inclusion; Educational Practices.



INTRODUÇÃO

A Educação Especial no Brasil vem sendo constantemente redefinida a partir de legislações, políticas públicas e avanços sociais que visam assegurar o direito de todos à educação. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, seguida por normas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o país tem avançado no reconhecimento das necessidades específicas de pessoas com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A inclusão passou a ser princípio fundamental, exigindo que o sistema educacional se organize para atender à diversidade, o que inclui a oferta do Ensino Fundamental – Anos Finais também na escola de educação especial.

Entretanto, a consolidação de uma educação inclusiva ainda enfrenta importantes barreiras, sobretudo no atendimento a estudantes com deficiências intelectuais severas ou profundas e àqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que necessitam de apoio substancial ou muito substancial. A oferta educacional para esse público, especialmente na etapa dos anos finais do Ensino Fundamental, ainda é frágil, pouco sistematizada e frequentemente desconsiderada no planejamento das redes de ensino.

No contexto da Educação Especial, a escola de educação especial ainda desempenha papel relevante no atendimento de estudantes com deficiência, desde que articulada com os princípios da inclusão e da qualidade social da educação. A escola de educação especial pode ser entendida como um ambiente pedagógico necessário para a garantia do direito à educação de estudantes com deficiência severa e múltipla, desde que a proposta esteja pautada na aprendizagem, na funcionalidade e na autonomia. A existência da escola de educação especial não deve anular a luta por uma sociedade inclusiva, mas somar-se a ela, como parte integrante de um sistema educacional equitativo e diverso.

A Deficiência Intelectual é caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, com manifestações antes dos 18 anos de idade. Nos níveis moderado, severo e profundo, as diferenças se dão no grau de independência, capacidade de comunicação, desenvolvimento acadêmico e social. Estudantes com deficiência intelectual moderada, severa e profunda requerem apoio contínuo, cuidados básicos e foco em aprendizagens funcionais.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição caracterizada por déficits na comunicação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento. Indivíduos com TEA nível 2 e 3 demandam suporte substancial a muito substancial para lidar com o cotidiano escolar e social. Comumente apresentam ausência de linguagem verbal, dificuldade de interação, resistência à mudança, e alta sensibilidade sensorial, o que exige adaptações curriculares e intervenções específicas.

Diante dessas particularidades, torna-se urgente discutir a presença dos Anos Finais do Ensino Fundamental nas escolas de educação especial, uma etapa frequentemente negligenciada, onde os estudantes são privados da continuidade da escolarização. Muitos sistemas de ensino, mesmo com propostas inclusivas, ainda não estruturaram essa etapa para estudantes com necessidades de apoio pervasivo e contínuo, criando uma lacuna educacional.

A deficiência só se transforma em exclusão quando o ambiente falha em prover os recursos adequados. Nesse sentido, a escola de educação especial precisa ser fortalecida e reconhecida como um espaço legítimo de aprendizagem e socialização, especialmente para aqueles que não conseguem se manter com qualidade na rede comum, mesmo com adaptações. Isso não significa segregação, mas sim a oferta de uma educação com equidade.

A invisibilidade dos anos finais nas escolas especiais reflete uma política pública ainda centrada na escolarização das etapas iniciais, como se a pessoa com deficiência moderada e severa não tivesse direito à progressão nos estudos. A permanência prolongada de estudantes com deficiência em um mesmo nível de ensino desrespeita o direito à trajetória escolar completa e aos benefícios que o ambiente educativo pode oferecer para o desenvolvimento global.

Importante destacar que a aprendizagem, para esses estudantes, vai muito além da leitura, escrita e cálculo convencionais. Trata-se de adquirir competências funcionais, habilidades sociais,



comunicação, autonomia pessoal e participação no cotidiano da comunidade. O desenvolvimento de pessoas com deficiência moderada ou severa deve ser orientado por uma perspectiva de funcionalidade, em que a aprendizagem esteja vinculada ao uso prático no dia a dia do sujeito.

As escolas de educação especial, quando organizadas com equipe multiprofissional, currículo adaptado, planejamento individualizado (PEI) e intencionalidade pedagógica, podem sim ofertar os Anos Finais com qualidade. Isso envolve romper com o paradigma de “terminalidade precoce” e assegurar a permanência dos estudantes com deficiência intelectual moderada/severa ou TEA nível 2 e 3 em ambientes que favoreçam o desenvolvimento. Essa permanência deve estar sempre vinculada a um projeto pedagógico estruturado, que promova aprendizagens possíveis, mesmo que não convencionais.

Dessa forma, este texto tem como objetivo discutir os desafios e possibilidades da oferta do Ensino Fundamental – Anos Finais nas escolas de educação especial, voltadas para estudantes com Deficiência Intelectual moderada, severa e profunda, e com TEA em níveis 2 e 3 de suporte. A proposta é refletir sobre o direito à escolarização continuada, à permanência qualificada e à construção de currículos significativos para esse público.

Para isso, são analisados os fundamentos legais, o papel da escola de educação especial, as estratégias metodológicas e curriculares possíveis, bem como a importância da formação dos profissionais e da articulação intersetorial. Além disso, o texto busca evidenciar a necessidade de reconhecimento político e pedagógico dos Anos Finais do Ensino Fundamental como etapa fundamental para o desenvolvimento global desses estudantes, respeitando as especificidades e direitos.

METODOLOGIA

Esta pesquisa configura-se como um estudo de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica e de campo, com o objetivo de compreender, descrever e analisar as práticas pedagógicas voltadas aos Anos Finais do Ensino Fundamental na escola de educação especial. O foco recaiu sobre estudantes com Deficiência Intelectual (DI) nos níveis moderado, severo e profundo, bem como sobre aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos níveis 2 e 3 de suporte. A abordagem qualitativa mostrou-se adequada por possibilitar uma análise aprofundada de situações complexas e subjetivas, respeitando as especificidades do contexto estudado.

A etapa bibliográfica da pesquisa teve como base a análise de produções científicas, livros, legislações e documentos normativos, que permitiram construir uma base teórica sólida sobre Educação Especial e as práticas pedagógicas. Como ressalta Gil (2010, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos”. Essa fundamentação teórica forneceu subsídios para a compreensão crítica do fenômeno investigado e orientou as escolhas metodológicas da etapa de campo, além de sustentar as análises realizadas.

A pesquisa de campo foi realizada na Escola de Educação Especial São Francisco de Assis, situada no município de Miracatu-SP, região marcada por desafios sociais e econômicos. A instituição é de caráter filantrópico, especializada no atendimento a estudantes com deficiências múltiplas, especialmente com DI severa ou profunda e TEA nível 2 ou 3. A escola conta com estrutura adaptada, equipe multidisciplinar e foco no desenvolvimento global dos estudantes. Os sujeitos participantes foram sete professores especialistas em Educação Especial e TEA, além da equipe técnica, composta por coordenadora pedagógica, psicopedagoga, psicomotricista, psicóloga e assistente social, que atuam de forma integrada no acompanhamento das práticas pedagógicas.

Os dados foram obtidos por meio de observação participante em diferentes espaços da escola, análise documental de planos de ensino, registros pedagógicos e relatórios individuais, além de entrevistas semiestruturadas com os docentes e membros da equipe técnica. Segundo Bogdan e



Biklen (1994, p. 135), “a entrevista é uma forma de conversar com um propósito”, sendo utilizada nesta pesquisa para compreender as percepções, experiências e estratégias dos profissionais. A observação participante possibilitou captar aspectos implícitos da rotina escolar e da relação entre os sujeitos e os espaços, oferecendo um olhar sensível sobre o fazer pedagógico na Educação Especial.

A análise dos dados foi conduzida com base na técnica de análise de conteúdo, conforme os procedimentos estabelecidos por Bardin (2016), permitindo a identificação de categorias temáticas significativas e padrões de atuação recorrentes nas práticas pedagógicas voltadas ao público-alvo da Educação Especial. Esse método proporcionou uma organização sistemática das informações coletadas nas observações e entrevistas, facilitando a interpretação das ações pedagógicas no contexto da escola de educação especial. A inter-relação entre os dados empíricos e os aportes teóricos foi fundamental para a compreensão crítica da realidade investigada, valorizando os saberes produzidos pelos profissionais no cotidiano escolar.

A escuta atenta e a observação das práticas revelaram aspectos relevantes sobre o uso de estratégias adaptadas e afetivas no processo de ensino-aprendizagem. Em uma das passagens do diário de campo, por exemplo, evidenciou-se que:

os estudantes com maiores dificuldades se mostraram mais atentos e participativos quando a atividade foi adaptada com materiais concretos e linguagem simplificada. O uso de figuras, objetos palpáveis e instruções passo a passo permitiu maior engajamento. Quando o professor modela a ação e reforça positivamente cada tentativa, o estudante compreende melhor e se sente valorizado. Essa postura pedagógica afetuosa e acessível faz toda a diferença no desempenho da turma, principalmente entre os que necessitam de apoio contínuo (Bardin, 2016, p. 133).

Essa percepção reforça a importância de abordagens metodológicas sensíveis e estruturadas, que respeitem o ritmo e as singularidades de cada estudante, criando condições favoráveis para a aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades funcionais, sociais e comunicativas. A prática pedagógica centrada no estudante com deficiência não apenas favorece o avanço individual, mas também contribui para a construção de um ambiente inclusivo, seguro e respeitoso.

Por fim, é importante destacar que o uso da metodologia qualitativa permitiu uma imersão na realidade escolar, promovendo a escuta ativa dos profissionais e o respeito às especificidades de um público com necessidades intensas de apoio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos junto à Escola de Educação Especial São Francisco de Assis, localizada em Miracatu-SP, revelou práticas pedagógicas e institucionais sólidas e coerentes com as necessidades dos estudantes. A instituição atende cerca de 80 estudantes, todos com diagnósticos complexos, como Deficiência Intelectual (DI) moderada, severa e profunda, além de Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos níveis 2 e 3, que demandam suporte substancial e muito substancial para o desenvolvimento escolar e social. Por meio de uma proposta pedagógica estruturada, adaptada e sensível às singularidades de cada estudante, a escola consegue garantir que os estudantes avancem em aspectos essenciais como comunicação funcional, autonomia nas atividades de vida diária, interação social e participação nas propostas escolares. A valorização da rotina, o trabalho colaborativo da equipe multidisciplinar e o uso de recursos didáticos acessíveis contribuem de maneira significativa para a permanência e o progresso escolar.

Observa-se que a atuação da escola vai além do aspecto puramente instrucional. A proposta pedagógica é permeada por um olhar humanizado, que considera os limites reais dos estudantes, mas, ao mesmo tempo, aposta nas potencialidades. Cada conquista, mesmo que pequena, é celebrada e utilizada como ponto de partida para novas aprendizagens. Essa abordagem não apenas promove o avanço cognitivo dos estudantes, como também fortalece a autoestima e identidade como sujeitos de



direitos. O envolvimento das famílias no processo educativo também é um diferencial, pois favorece a continuidade das aprendizagens fora do ambiente escolar e fortalece os vínculos afetivos e pedagógicos. A instituição, portanto, consolida-se como um espaço essencial de mediação entre o mundo escolar e a vida prática, preparando os estudantes para vivências sociais mais autônomas e significativas.

A revisão da literatura reforça que as escolas especiais ainda têm um papel indispensável na rede de ensino, sobretudo para estudantes que apresentam deficiências com alto grau de comprometimento. Muitas vezes, tais estudantes não conseguem se adaptar ao modelo curricular padronizado das escolas regulares, mesmo quando estas buscam adotar práticas inclusivas.

Sendo assim:

nesse contexto, as escolas especiais tornam-se espaços seguros, acolhedores e adaptados às reais condições desses educandos. O respeito ao tempo de aprendizagem, à comunicação alternativa, às intervenções terapêuticas e ao uso de materiais concretos são estratégias presentes no cotidiano escolar que muitas vezes não são garantidas com a mesma qualidade na escola comum. A atuação da equipe especializada também contribui para que cada planejamento seja individualizado e coerente com os objetivos funcionais de aprendizagem de cada estudante (Lopes; Lopes, 2022, p. 98).

Como ressalta Mantoan (2003, p. 35), “uma escola verdadeiramente inclusiva é aquela que reconhece e respeita as diferenças, oferecendo aos estudantes o suporte de que necessitam para aprender e se desenvolver”. Essa afirmação convida a refletir sobre o conceito de inclusão não como sinônimo de integração no espaço comum, mas como garantia de acesso ao conhecimento com qualidade e equidade. Para estudantes com TEA nível 2 e 3 e com DI moderada, severa e profunda, a inclusão efetiva muitas vezes só se realiza dentro do ambiente da escola de educação especial, onde há estrutura, profissionais capacitados e metodologias compatíveis com as necessidades. Assim, a escola de educação especial deve ser compreendida não como retrocesso, mas como alternativa legítima dentro de um sistema educacional que valoriza a diversidade, o direito à aprendizagem e o respeito às singularidades humanas.

Na EEE São Francisco de Assis, dois estudantes dos Anos Finais, um do 8º ano e outro do 9º ano, com diagnóstico de Deficiência Intelectual (DI) e necessidade de apoio pervasivo, vêm apresentando avanços significativos nas trajetórias escolares e pessoais. Em um ambiente acolhedor, estruturado e funcional, ambos conseguem desenvolver as potencialidades com dignidade, entusiasmo e apoio contínuo. A valorização da rotina, o acompanhamento sistemático e a convivência com pares que compartilham perfis semelhantes promovem um senso de pertencimento que fortalece a autoestima dos estudantes. Como resultado, observa-se progresso em diversas áreas do desenvolvimento, como a comunicação, a convivência social e a autonomia nas atividades de vida diária.

A realidade vivenciada por esses estudantes evidencia a importância da permanência dos Anos Finais em uma escola de educação especial, onde o processo educativo é centrado nas possibilidades do estudante. O espaço escolar torna-se um lugar de crescimento e bem-estar, contribuindo para o desenvolvimento integral. Conforme afirma Vygotsky:

“é na interação social que o sujeito constrói o conhecimento e se desenvolve. Por meio do contato e da comunicação com outras pessoas, o indivíduo tem a oportunidade de trocar ideias, refletir sobre as experiências e assimilar novos saberes. A interação promove a mediação entre o que o sujeito já conhece e o que está em processo de aprendizagem, ampliando as capacidades cognitivas e emocionais. Dessa forma, o desenvolvimento humano não ocorre isoladamente, mas é resultado das relações sociais que possibilitam o crescimento intelectual e social. Essa perspectiva destaca a importância de ambientes colaborativos e



dialógicos para a construção do conhecimento e a formação integral do indivíduo.” (Vygotsky, 1997, p. 34).

As práticas pedagógicas identificadas na EEE São Francisco de Assis evidenciam um compromisso estruturado com a personalização do ensino e com a valorização da funcionalidade da aprendizagem. Entre essas boas práticas, destaca-se o uso do Currículo Funcional, que serve como eixo norteador para a organização das atividades escolares, adaptado com base nas habilidades essenciais previstas no Currículo Paulista. Essa adaptação leva em consideração não apenas os aspectos cognitivos, mas também os aspectos funcionais e sociais dos estudantes. Segundo Lopes (2019, p. 137), o Currículo Funcional tem como objetivo principal “ensinar habilidades diretamente relacionadas às necessidades da vida diária dos estudantes com deficiência, garantindo-lhes maior autonomia e qualidade de vida”. Essa proposta curricular vem sendo cada vez mais reconhecida pela capacidade de tornar a escola mais responsiva às reais necessidades do público da Educação Especial, em especial para estudantes com deficiência intelectual moderada, severa e profunda, além daqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos níveis de suporte 2 e 3.

Paralelamente ao uso do currículo adaptado, a instituição realiza a construção de Planos de Ensino Individualizados (PEIs) para cada estudante, assegurando que as intervenções pedagógicas sejam planejadas de forma personalizada. Os PEIs são desenvolvidos por uma equipe multidisciplinar que inclui professores especialistas, psicólogos, psicomotricista e psicopedagogo, além de contar com a escuta ativa e contínua das famílias. Esse trabalho conjunto fortalece a interdisciplinaridade e possibilita a definição de metas que realmente façam sentido para o estudante no contexto de vida. De acordo com Mendes (2010, p. 48), “o planejamento individualizado é condição fundamental para que os processos de ensino e aprendizagem sejam significativos e conduzam ao desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência”. Essa metodologia permite traçar objetivos reais, monitoráveis e alcançáveis, baseando-se nas potencialidades e necessidades específicas de cada estudante.

O PEI tem início com a realização da Avaliação Pedagógica Inicial, instrumento fundamental para levantar informações sobre o histórico de aprendizagem do estudante, as preferências, os hábitos, as dificuldades e as possibilidades. A família tem papel essencial nessa etapa, contribuindo com dados relevantes sobre a rotina do estudante fora do ambiente escolar. Ao final de cada período letivo, é elaborado o documento denominado “Trajetória de Aprendizagem”, que sistematiza os avanços do estudante nos três eixos que estruturam a proposta da escola: o eixo conceitual, o eixo prático e o eixo social. Esse registro permite não apenas avaliar os progressos individuais, mas também serve como ferramenta de diálogo entre escola, família e órgãos educacionais, promovendo maior transparência e continuidade no processo educacional. Para Fonseca (2012, p. 98), “documentar o percurso de aprendizagem do estudante é reconhecer que o processo é tão importante quanto o resultado, e que cada conquista precisa ser contextualizada no tempo e na experiência vivida”.

Outro diferencial observado na instituição é o trabalho sistemático com as dez Habilidades do Comportamento Adaptativo, metodologia que orienta o cotidiano pedagógico dos professores da EEE São Francisco de Assis. Essas habilidades incluem dimensões como comunicação funcional, solução de problemas cotidianos, cooperação, autorregulação emocional, entre outras competências essenciais para a vida em sociedade. Essa proposta pedagógica reforça a importância do desenvolvimento socioemocional e funcional, muitas vezes mais relevante que o domínio de conteúdos escolares convencionais, para estudantes com altos níveis de dependência. Como afirma Souza (2015, p. 86), “não se trata apenas de ensinar conteúdos, mas de ensinar os estudantes a viver em sociedade com dignidade, segurança e o máximo de autonomia possível”. Ao desenvolver essas habilidades, os professores ampliam as possibilidades de inclusão social dos estudantes, preparando-os para participar, com apoio, de contextos sociais, familiares e, quando possível, laborais, de maneira mais integrada e significativa.



Antes de serem inseridos na escola de educação especial, muitos desses estudantes enfrentavam barreiras significativas nas escolas regulares. Entre os principais obstáculos estavam os pedagógicos e curriculares, já que, por não acompanharem o ritmo exigido, acabavam apresentando comportamentos de crise e quadros de ansiedade. A ausência de uma proposta inclusiva efetiva, agravada pela sobrecarga dos professores e pela escassez de recursos específicos, dificultava ainda mais a permanência no ambiente escolar comum. Esse cenário de exclusão velada impedia o pleno desenvolvimento dos estudantes com altas necessidades de apoio, que se viam desmotivados e deslocados.

A carência de formação adequada dos docentes e a falta de infraestrutura nas escolas comuns agravam esse contexto. Como destacam Glat e Fernandes:

a simples presença do estudante com deficiência na escola não assegura a inclusão: é necessário repensar as práticas pedagógicas, os currículos e as formas de avaliação. A inclusão verdadeira exige mais do que a matrícula; requer a transformação das estruturas educacionais para que sejam realmente acessíveis e significativas para todos. Isso implica adaptar conteúdos, diversificar metodologias e criar ambientes que acolham as diferenças, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes. Além disso, é fundamental garantir que os processos avaliativos sejam justos e adequados às potencialidades e necessidades de cada estudante, evitando exclusões veladas e assegurando o direito à aprendizagem efetiva (Glat & Fernandes, 2005, p. 56).

Os relatos dos próprios estudantes revelam o impacto positivo desse ambiente. Um estudante do 9º ano afirmou: “Aqui a gente é feliz. A gente tem amigo e faz coisa que sabe fazer” (relato de estudante do 9º ano, 2025). Essa frase expressa com simplicidade o sentimento de pertencimento e valorização que os estudantes experienciam na escola de educação especial. Além disso, a articulação com as famílias fortalece esse processo, por meio de reuniões, visitas e formações. Segundo Sasaki (2006), “a verdadeira inclusão não ocorre apenas dentro da escola, mas se constrói na relação entre todos os setores da sociedade que se articulam em torno do desenvolvimento da pessoa com deficiência”. Com esse compromisso coletivo, a escola se consolida como espaço de inclusão real, formação cidadã e dignidade para todos.

Um dos aspectos centrais observados na atuação da EEE São Francisco de Assis é a efetiva articulação intersetorial com as redes de saúde e assistência social do município. Essa integração tem sido essencial para ampliar o alcance das ações educativas, permitindo que a escola vá além da função pedagógica tradicional e se envolva também no cuidado integral do estudante. Trata-se de uma prática que reconhece o estudante como sujeito inserido em múltiplos contextos, cujas necessidades não se limitam ao âmbito escolar. Segundo Lopes; Lopes (2022, p. 120), “a escola de educação especial, para cumprir plenamente o papel, precisa estabelecer uma rede colaborativa com os demais setores que atendem a pessoa com deficiência, assegurando a continuidade e complementaridade das ações”. Essa perspectiva exige planejamento conjunto, trocas de informação frequentes e abertura para o trabalho coletivo em torno de objetivos comuns.

A realidade enfrentada por muitos estudantes da instituição é marcada por múltiplas vulnerabilidades, como situações de pobreza extrema, desnutrição, negligência familiar e condições clínicas crônicas. Essas circunstâncias impõem desafios adicionais à escolarização e requerem estratégias diferenciadas para garantir a permanência e a aprendizagem desses estudantes. A atuação da escola em parceria com o CAS, o CRAS, o CREAS, a UBS local, o CAPS e o Conselho Tutelar tem sido estratégica para articular ações de apoio, realizar encaminhamentos, acompanhar tratamentos médicos e garantir direitos básicos aos estudantes e as famílias. Como afirma Carvalho (2018, p. 26), “a construção de uma rede de proteção ao estudante com deficiência é imprescindível para promover a inclusão social e educacional de forma real e sustentável”. Essa rede, quando bem articulada, contribui para a construção de um ambiente escolar mais seguro, acolhedor e comprometido com o desenvolvimento integral.



Além disso, a comunicação constante com os serviços externos tem favorecido respostas rápidas e eficientes diante de situações emergenciais que possam comprometer o desenvolvimento do estudante. Casos de violência doméstica, surtos comportamentais, crises de saúde mental ou abandono escolar são tratados com a seriedade necessária, sendo imediatamente comunicados aos órgãos competentes. Essa atuação eficaz só é possível devido à confiança mútua construída entre os profissionais da escola e os representantes das instituições parceiras. Segundo Lima (2020, p. 92), “a rede de apoio só se consolida quando há diálogo, corresponsabilidade e compromisso com o bem-estar do educando”. Nesse cenário, o papel da coordenação pedagógica e da equipe técnica da escola torna-se crucial para garantir o fluxo de informações e a mobilização das ações intersetoriais.

Por fim, a experiência da EEE São Francisco de Assis reforça a ideia de que educar estudantes com deficiência intelectual e autismo requer um olhar ampliado, que ultrapassa os limites da sala de aula e envolve o compromisso de toda a comunidade. O sucesso das práticas pedagógicas está intrinsecamente ligado à capacidade da escola de mobilizar recursos externos e articular diferentes áreas do conhecimento e da política pública. Essa atuação integrada é fundamental para promover o desenvolvimento humano de forma plena, respeitando os direitos, os limites e as potencialidades de cada estudante. A escola de educação especial, ao adotar essa postura, reafirma o papel social e educativo, tornando-se referência em inclusão funcional e no enfrentamento das desigualdades que afetam os sujeitos mais vulneráveis da sociedade.

Outro aspecto essencial é o investimento contínuo na formação dos profissionais que atuam na instituição. A escola mantém uma rotina de capacitações por meio de cursos, oficinas, congressos e momentos de estudo coletivo, voltados especialmente às práticas na Educação Especial. Essa formação permanente tem papel central na qualidade do ensino oferecido e na postura ética dos educadores diante da diferença. Como afirmam Oliveira e Bersch:

a capacitação constante é condição indispensável para que o professor compreenda o aluno com deficiência não como um problema, mas como um sujeito de direitos. É por meio dessa formação contínua que o educador desenvolve uma postura ética e sensível, capaz de reconhecer as singularidades de cada aluno e as potencialidades. Esse entendimento permite que as práticas pedagógicas sejam planejadas de forma inclusiva, respeitando as necessidades individuais e promovendo o protagonismo dos alunos. Dessa forma, o professor deixa de enxergar as dificuldades apenas como limitações e passa a valorizar as conquistas e avanços, fomentando um ambiente escolar mais justo e acolhedor, onde a diferença é reconhecida como elemento enriquecedor do processo educacional (Oliveira & Bersch, 2010, p. 78).

A análise crítica da experiência da escola revela também uma constatação importante: embora o discurso da inclusão plena esteja presente nas diretrizes nacionais, ele nem sempre se concretiza para os estudantes com Deficiência intelectual moderada, severa e profunda ou com Transtorno do Espectro Autista nos níveis 2 e 3. As práticas mostram que, para esses estudantes, o espaço especializado é não apenas necessário, mas, em muitos casos, a única forma real de acesso ao conhecimento. Um depoimento de uma professora da instituição traduz com sensibilidade essa compreensão: “Aqui não temos pressa. Temos tempo para ensinar, tempo para cuidar e tempo para amar.” Esse relato, transcrito na avaliação final de um estudante em 2024, sintetiza o espírito da escola, que valoriza o tempo do estudante, as possibilidades e as necessidades, promovendo um ambiente educativo acolhedor, respeitoso e transformador.

A valorização do tempo pedagógico e da escuta ativa, como observada na prática da EEE São Francisco de Assis, reafirma o papel essencial e insubstituível da escola de educação especial para determinados estudantes com deficiência intelectual (DI) em níveis moderado, severo e profundo, bem como para aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos níveis 2 e 3 de suporte. Ao contrário do que alguns discursos contrários à permanência em instituições especializadas possam sugerir, essa modalidade não representa um retrocesso, mas sim uma resposta concreta, funcional e humanizada à deficiência específica desses estudantes. Segundo Lopes; Lopes (2022, p. 111), “a



educação especial não é uma negação da inclusão, mas a possibilidade realista para estudantes cuja condição exige atenção individualizada e contínua”. Portanto, a escola de educação especial deve ser compreendida como uma alternativa legítima e complementar ao sistema regular, não como um modelo excludente.

Esse reconhecimento se justifica porque a escola de educação especial proporciona elementos fundamentais para o desenvolvimento integral: intencionalidade pedagógica clara, estrutura física e curricular adaptada, equipe técnica especializada e vínculos afetivos duradouros. Essa combinação cria um ambiente onde os estudantes podem experimentar o pertencimento e a autonomia dentro das possibilidades. Conforme reforça Silva (2019, p. 61), “a presença de um ambiente preparado para lidar com a complexidade dos quadros clínicos e comportamentais de certos estudantes é o que garante a permanência, o avanço e a autoestima no processo de escolarização”. Desse modo, a escola de educação especial, longe de excluir, acolhe e sustenta o direito de aprender com dignidade e respeito às singularidades.

A prática pedagógica desenvolvida na EEE São Francisco de Assis mostra que é plenamente possível oferecer um Ensino Fundamental, Anos Finais, com qualidade, desde que estejam assegurados elementos como a formação continuada dos docentes, a articulação com a rede intersetorial de apoio e o compromisso institucional com o desenvolvimento funcional dos estudantes. A atuação da equipe pedagógica tem sido pautada por metodologias ativas, trabalho com o currículo funcional e construção de planos de ensino individualizados, o que garante maior eficácia nas intervenções. Além disso, a gestão democrática, aliada à valorização da escuta da família e do próprio estudante, contribui para a construção de um ambiente de aprendizagem seguro e afetivo. Isso reafirma a visão de que a educação especial não deve ser vista como uma “última alternativa”, mas como uma estratégia intencional, ética e especializada para aqueles que realmente precisam (Lopes, Ponciano, Cabanas, 2023).

Nesse contexto, destaca-se a importância de compreender que o processo de ensino e de aprendizagem desses estudantes vai além dos conteúdos acadêmicos tradicionais. Ele envolve aspectos emocionais, sociais e práticos da vida cotidiana que, muitas vezes, não são devidamente contemplados no ensino regular. Como aponta Mello (2021, p. 87), “ensinar a conviver, a comunicar-se funcionalmente, a expressar emoções e a lidar com a rotina é tão importante quanto ensinar a ler e escrever para estudantes com deficiência intensas”. Por isso, a EEE São Francisco de Assis adota uma abordagem centrada na pessoa, e não apenas no desempenho escolar. Essa postura pedagógica, aliada ao investimento em relações humanas e escuta sensível, assegura aos estudantes experiências de sucesso, pertencimento e progresso em todas as dimensões da vida.

A experiência desenvolvida pela Escola de Educação Especial São Francisco de Assis, no município de Miracatu-SP, constitui-se como uma referência concreta e positiva para outras instituições que atendem estudantes com deficiência intelectual (DI) em níveis moderado, severo e profundo, bem como estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos níveis de suporte 2 e 3. A prática cotidiana da escola demonstra que é possível proporcionar uma escolarização significativa e de qualidade para esse público, respeitando as especificidades e promovendo o desenvolvimento acadêmico, social e funcional. Conforme defende Stainback e Stainback (1999, p. 45), “a verdadeira inclusão não significa tratar todos da mesma maneira, mas oferecer o que cada um realmente precisa para aprender e viver com dignidade”. Assim, a atuação da escola São Francisco de Assis comprova, na prática, que a equidade deve ser a base de qualquer política educacional comprometida com a justiça social.

Nesse sentido, o modelo de escola de educação especial, longe de representar retrocesso ou segregação, apresenta-se como uma alternativa pedagógica contemporânea, especialmente para os estudantes que necessitam de apoio substancial ou muito substancial. Quando organizada de forma ética, planejada e baseada em evidências pedagógicas, essa modalidade de ensino é capaz de oferecer oportunidades reais de progresso. Segundo Lopes; Lopes (2022, p. 125), “a escola de educação especial, ao atender estudantes com alto grau de dependência, preenche uma lacuna ainda não suprida



pelo ensino regular, ao oferecer recursos e profissionais voltados exclusivamente às demandas complexas desses sujeitos”. Tal realidade mostra que a escola de educação especial não deve ser vista como antagônica à inclusão, mas como parte legítima de um sistema educacional plural e diversificado.

Além disso, a trajetória da escola São Francisco de Assis inspira outras instituições a repensarem as práticas e reorganizarem as propostas pedagógicas com base no princípio do direito à diferença. Em vez de forçar a padronização dos processos educacionais, a escola reconhece a singularidade de cada estudante e busca construir itinerários formativos compatíveis com a realidade. Conforme aponta Aranha (2015, p. 23), “o reconhecimento da diferença como valor é o primeiro passo para uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora”. Isso significa que o direito à educação não pode estar dissociado do direito a um ambiente escolar que respeite, compreenda e atenda às características individuais de cada estudante – e, nesse cenário, o espaço da escola de educação especial é essencial.

Portanto, cabe à sociedade como um todo, incluindo gestores, profissionais da educação, famílias e formuladores de políticas públicas, compreender que a diversidade de caminhos educativos é uma exigência da inclusão verdadeira. A escola de educação especial, quando estruturada com base em princípios humanísticos e pedagógicos sólidos, representa uma alternativa legítima, digna e eficaz. A existência não nega os avanços da inclusão escolar, mas amplia o leque de possibilidades para garantir que nenhum estudante fique sem atendimento adequado. Como defende Mazzotta (2011, p. 56), “o reconhecimento das diferentes formas de escolarização não é sinal de fraqueza do sistema, mas da maturidade e compromisso com todos”. Dessa forma, a escola São Francisco de Assis se firma como um exemplo inspirador de educação especializada que transforma vidas e assegura cidadania a sujeitos historicamente invisibilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como propósito analisar a importância da permanência de estudantes com Deficiência Intelectual (DI) moderada, severa e profunda, bem como aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos níveis 2 e 3, nos Anos Finais do Ensino Fundamental em uma escola de educação especial. A investigação concentrou-se na Escola de Educação Especial São Francisco de Assis, instituição que há anos desenvolve um trabalho pautado na intencionalidade pedagógica aliada à sensibilidade institucional para atender a esse público. O foco principal foi compreender de que forma a permanência desses estudantes em um ambiente educacional estruturado, adaptado e acolhedor pode influenciar positivamente o desenvolvimento. O estudo buscou evidenciar as práticas que promovem a inclusão real, valorizando as singularidades e respeitando as particularidades de cada estudante, ao invés de apenas manter a frequência escolar sem qualidade.

O ambiente escolar analisado se destaca por uma rotina clara, consistente e organizada, que oferece segurança e previsibilidade aos estudantes com DI e TEA. Essa estruturação não apenas minimiza os efeitos das limitações cognitivas e comportamentais, mas também facilita a aprendizagem, a socialização e a autonomia dos estudantes. A presença de uma equipe multidisciplinar capacitada, que inclui professores, terapeutas e auxiliares especializados, contribui para a criação de estratégias pedagógicas personalizadas, que atendem às necessidades específicas de cada estudante. Além disso, os recursos didáticos e tecnológicos adaptados tornam o processo educativo mais acessível e significativo, possibilitando avanços concretos nas habilidades acadêmicas, sociais e funcionais desses estudantes.

Os resultados obtidos indicam que, mesmo diante de limitações significativas, os estudantes beneficiam-se amplamente da convivência em um espaço que respeita os ritmos e as características individuais. A interação diária com colegas que compartilham perfis semelhantes promove um ambiente de pertencimento e apoio mútuo, fatores essenciais para o fortalecimento da autoestima e



do desenvolvimento socioemocional. Observou-se que essa convivência colaborativa incentiva a troca de experiências e o reconhecimento das potencialidades de cada estudante, o que amplia as possibilidades de crescimento e inclusão efetiva. Assim, a escola torna-se um espaço não apenas de ensino formal, mas também de acolhimento e desenvolvimento integral.

Por fim, o estudo reafirma que a permanência dos estudantes com DI moderada a profunda e TEA níveis 2 e 3 nos Anos Finais do Ensino Fundamental em escolas especiais, como a São Francisco de Assis, deve ser valorizada e incentivada. A manutenção desses estudantes em contextos adequados não apenas favorece o progresso acadêmico, mas também contribui para o fortalecimento a identidade, a autonomia e a qualidade de vida. O compromisso institucional com a formação contínua dos profissionais e a oferta de um ambiente estruturado e sensível são fatores decisivos para o sucesso dessa experiência educacional. Dessa forma, evidencia-se que a educação especial de qualidade é fundamental para garantir o direito à educação e à inclusão social desses estudantes, promovendo uma sociedade mais justa e equitativa.

A escola de educação especial revelou-se um espaço fundamental e de referência para os estudantes com Deficiência Intelectual (DI) e Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente na etapa dos Anos Finais da educação básica. Esse espaço estruturado e acolhedor oferece um ambiente em que as necessidades específicas desses estudantes são plenamente reconhecidas e atendidas, possibilitando um desenvolvimento mais integral. A atuação conjunta da equipe pedagógica, que articula o trabalho com profissionais da saúde e da assistência social, cria uma rede de suporte robusta que vai além do ambiente escolar. O envolvimento ativo das famílias nesse processo é outro fator crucial, pois fortalece os vínculos e possibilita a continuidade das aprendizagens e cuidados no cotidiano familiar. Assim, a escola torna-se não apenas um local de ensino, mas um centro de suporte emocional e prático, promovendo aprendizagens significativas que transcendem o currículo formal.

A continuidade dos Anos Finais nessa configuração especial apresenta impactos profundos na vida dos estudantes e das famílias. A permanência prolongada no ambiente escolar adaptado não só assegura o direito à educação, mas também prepara os jovens para os desafios da vida adulta com maior autonomia e segurança. O suporte emocional oferecido pela equipe multiprofissional e o acolhimento proporcionado pela escola ajudam as famílias a enfrentar as dificuldades que muitas vezes encontram nas redes regulares de ensino, que nem sempre estão preparadas para atender às necessidades complexas desses estudantes. Essa preparação abrange habilidades práticas e sociais, fundamentais para que os estudantes possam exercer a cidadania de forma plena, contribuindo para a qualidade de vida e a inclusão social efetiva.

Além disso, a experiência vivenciada na Escola São Francisco de Assis evidencia a importância das ações voltadas para a formação para o trabalho como parte integrante do processo educacional. Os estudantes que concluíram os Anos Finais tiveram a oportunidade de ser inseridos no Programa de Educação Especial para o Trabalho, que oferece atividades laborais adaptadas às habilidades e potencialidades de cada jovem. Esse encaminhamento é realizado com acompanhamento constante de uma equipe multiprofissional, que monitora não apenas o desempenho nas atividades laborais, mas também o desenvolvimento da autonomia, da autoestima e do senso de pertencimento social. A vivência do trabalho contribui significativamente para que esses jovens se percebam como agentes ativos da comunidade, fortalecendo a identidade e promovendo um protagonismo social essencial para a inclusão.

Por fim, o processo de inclusão laboral e a preparação para a vida adulta que a escola de educação especial proporciona reafirmam a importância de um modelo educativo que valorize o potencial de cada estudante, respeitando as limitações e valorizando as conquistas. A inserção em atividades de trabalho adaptadas não só amplia as oportunidades de participação social e econômica, mas também contribui para a construção de uma imagem positiva e valorizada desses jovens na sociedade. O fortalecimento da autonomia e da autoestima decorrentes dessas experiências reforça o compromisso da escola de educação especial com a formação integral, visando a promoção da



dignidade, do respeito e da cidadania plena. Dessa forma, a escola São Francisco de Assis assume um papel de protagonista na construção de uma educação inclusiva e transformadora.

Diante disso, reforça-se a necessidade de ampliação de políticas públicas voltadas à manutenção dos Anos Finais do Ensino Fundamental nas escolas especiais. É urgente garantir condições legais, estruturais e pedagógicas para que instituições especializadas possam continuar ofertando um ensino adequado a esse público. O reconhecimento dessas escolas como parte integrante da rede de ensino é essencial para assegurar que todos os estudantes, independentemente do grau de deficiência, tenham acesso a uma educação de qualidade e adaptada às reais necessidades.

Para o avanço dessa proposta, sugerem-se novas pesquisas e intervenções que aprofundem a análise do impacto da escolarização especial na vida dos estudantes com DI e TEA em níveis mais elevados de apoio. Também é importante que sejam desenvolvidos estudos de acompanhamento de egressos, a fim de avaliar os efeitos da formação para o trabalho e da inserção social no longo prazo. A troca de experiências entre instituições de diferentes regiões pode contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas e o fortalecimento do papel da escola de educação especial como um espaço legítimo de aprendizagem, cidadania e inclusão.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). *DSM-5 – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ARANHA, M. A. *Educação inclusiva: o desafio da diferença*. São Paulo: Cortez, 2015.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. *Educação especial: história e políticas públicas*. São Paulo: Moderna, 2001.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação*. Porto Alegre: Penso, 1994.
- CARVALHO, J. A. *Construindo uma rede de proteção ao estudante com deficiência*. São Paulo: Editora Moderna, 2018.
- FONSECA, H. A. *Importância da documentação no percurso de aprendizagem*. Rio de Janeiro: Educ, 2012.
- FONSECA, Vitor da. *Psicopedagogia da Comunicação e da Linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1995.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GLAT, R. & FERNANDES, T. *Inclusão escolar: desafios e possibilidades*. São Paulo: Artmed, 2005.
- LIMA, L. A. *O papel da coordenação pedagógica na articulação intersetorial*. São Paulo: Papirus, 2020.
- LOPES, Claudio Neves. *Olhos nos olhos: novos paradigmas sobre a inclusão escolar na contemporaneidade*. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2019.
- LOPES, Claudio Neves; LOPES, Irineu. *Princípios para a sociologia da educação especial e inclusiva*. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2022.
- LOPES, Claudio Neves; PONCIANO, Vera Lucia de Oliveira; CABANAS, Ana. Ponderações Epistemológicas acerca do Currículo Funcional. *Revista Científica Educ@ção*, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 1209–1219, 2023. Disponível em: <https://revista.periodicosrefoc.com.br/2/article/view/27>. Acesso em: 13 jul. 2024.
- MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é?* São Paulo: Moderna, 2003.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2006.



- MAZZOTTA, M. A. *Educação e inclusão: um caminho sem volta*. São Paulo: Cortez, 2011.
- MELO, A. T. *Ensino e aprendizado: o que é preciso saber*. São Paulo: Editora Vozes, 2021.
- MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia. *A escolarização de estudantes com deficiência intelectual: práticas pedagógicas e formação docente*. Campinas: Mercado de Letras, 2015.
- MENDES, L. F. *Planejamento individualizado na educação: uma proposta inclusiva*. São Paulo: MBooks, 2010.
- OLIVEIRA, D. & BERSCH, R. *Formação continuada: um compromisso com a educação inclusiva*. São Paulo: PUC, 2010.
- PLETSCH, Márcia Denise. *Educação inclusiva e os desafios da diferença*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.
- SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. São Paulo: Editora Cortez, 2006.
- SCHALOCK, R. L. et al. *Deficiência Intelectual: definições, classificações e sistemas de apoio*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- SILVA, Andréa L.; MOURA, Cláudio R. *Educação Especial e Inclusão: políticas, práticas e resistências*. São Paulo: Editora Inclusiva, 2020.
- SILVA, M. A. *A escola de educação especial na inclusão: possibilidades e desafios*. São Paulo: Papirus, 2019.
- SILVA, M. A. *A necessidade da escola de educação especial no sistema educacional brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2020.
- SOUZA, R. A. *Educar para a cidadania: a importância do desenvolvimento socioemocional*. São Paulo: Editora Moderna, 2015.
- STAINBACK, S.; STAINBACK, W. *Inclusão: a prática da educação inclusiva*. São Paulo: Editora Cortez, 1999.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Submetido em janeiro de 2025

Aprovado em julho de 2025

Informações do(a)(s) autor(a)(es)

Nome do autor: Irineu Lopes

Afiliação institucional: APAE de Miracatu

E-mail: irineumiracatu@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7192-3046>

Link Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9823211563339988>

Informações do (a) (s) autor(a)(es)

Nome do autor: Claudio Neves Lopes

Afiliação institucional: Universidade Santo Amaro (UNISA)

E-mail: cnlopes@prof.unisa.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1411-0174>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9077468651694064>